PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 2024

Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de oficio do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação aos parágrafos 3º e 4º do art. 2º do substitutivo do PLP nº 108, de 2024:

administrativa será de noventa dias, contados da constituição

JUSTIFICAÇÃO

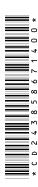
definitiva do crédito tributário.

Esta emenda visa prever, de forma unificada, o prazo de 90 dias para as inscrições em dívida ativa, e não nos termos da legislação de cada ente federativo titular da parcela do crédito tributário do IBS.

A utilização de diversas legislações dos entes federativos para fins de inscrições em dívida ativa dos débitos de IBS, de competência do Comitê Gestor do IBS, irá gerar complexidade para o controle dos contribuintes quanto aos prazos, além de gerar uma multiplicidade de inscrições.

Imagine, por exemplo, que, pela regra atual do PLP, um determinado débito de IBS irá levar um prazo para ser inscrito em dívida ativa do estado e outro prazo para ser inscrito em dívida ativa do município, de modo que o contribuinte tenha que monitorar e atuar de forma dessincronizada nas duas esferas.





Por isso, padronizar em 90 dias o prazo de inscrição em dívida ativa irá assegurar maior simplicidade, reduzir o risco de litigiosidade e garantir segurança jurídica aos contribuintes.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2024.

MARANGONI

Deputado Federal União/SP



